



142
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332179-3

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

Agravado: Risete Soares de Vasconcelos

Defensor Público: João Paulo Guedes Acioly

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. PRESENÇA DE VASTA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTES TRIBUNAL LOCAL AUTORA PORTADORA DE MOLÉSTIA GRAVE. ALZHEIMER CID 10: G30.1. FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO. EXELON PATCH 5, NOS MOLDES DA PRESCRIÇÃO MÉDICA DE FLS. 09. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INOBSERVÂNCIA DO FORNECIMENTO DE FÁRMACO DE MARCA ESPECÍFICA E AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DA IMPRESCINDIBILIDADE DO USO DOS MEDICAMENTOS INDICADOS. DESARAZOABILIDADE. EXISTÊNCIA DE MARCAS COM MAIOR TECNOLOGIA E ESPECIFICIDADE. SÚMULA 18 DO TJPE. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DO POSSÍVEL. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. *A priori*, digo que não assiste razão ao recorrente quando afirma que a decisão terminativa afrontou a disposição contida no *caput* do art. 557, a qual serviu de esteio para negar provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo Estado. Revisitando aquela decisão, tem-se que houve vasta transcrição de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal Local asseverativa da aplicabilidade do artigo *in lume*. Ainda que assim não fosse, a presente irresignação permite o encaminhamento de toda a matéria ao colegiado, como acontece nesta oportunidade.

2. A decisão fustigada encontra-se inteiramente esteada no entendimento expresso na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício, segundo o qual comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao



143
26

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial, razão pela qual mostra-se apropriada sua manutenção.

3. No que concerne, por sua vez, à alegação do agravante de que não compete ao Judiciário imiscuir-se na Administração Pública, é de se salientar que, na hipótese em apreço, na qual se verifica hialinamente uma omissão Estatal em suprir carência de ordem premente, qual seja, a garantia do direito à manutenção da vida e da saúde, impende ao Judiciário determinar o atendimento dos dispositivos constitucionais, para fins de restauração da observância da lei.

4. Desnecessária a comprovação da hipossuficiência para fins de fornecimento de medicamentos, pois se trata direito garantido constitucionalmente a todos os cidadãos de modo universal e igualitário.

5. Os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e da preservação da saúde dos cidadãos em geral (art. 6º da CF) impõem ao Estado e ao Município a obrigação de fornecer, prontamente, medicamentos necessitados, em favor de pessoa hipossuficiente, sob responsabilidade solidária dos entes públicos (art. 196 da CF).

6. Havendo direito subjetivo fundamental violado, não há ofensa aos princípios da isonomia, da tripartição de funções estatais e da discricionariedade da Administração, e, no quadro da tutela do mínimo existencial, não se justifica inibição à efetividade do direito ofendido sob os escudos de falta de padronização ou de inclusão dos bens em lista oficial, de limitações orçamentárias e de aplicação da teoria da reserva do possível.

7. Recurso de Agravo improvido. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0332179-3, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores



144
0

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 29/05/2014, por unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 29/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



145

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332179-3

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

Agravado: Risete Soares de Vasconcelos

Defensor Público: João Paulo Guedes Acioly

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível, a qual mantendo o *decisum a quo*, manteve intacta a carta sentenciante que determinou ao Estado de Pernambuco o fornecimento do medicamento EXELON PATCH 5, nos moldes da prescrição médica de fls. 09, em favor da paciente Risete Soares de Vasconcelos, que é portadora de Alzheimer, CID 10:G30.1, deixando de condenar em honorários advocatícios por existir confusão entre a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e o ente federativo.

Em suas razões, de fls. 133/135, alega o Estado agravante, que houve erro in procedendo na decisão, uma vez que, houve aplicação indevida do art. 557 do CPC, aduzindo que a decisão não se adéqua às hipóteses autorizadoras de julgamento monocrático.

E ainda, que o Estado de Pernambuco fornece o fármaco requerido, contudo na forma de capsula ou solução oral, alegando que o composto ativo é exatamente o mesmo.

Entendo por não exercer o juízo de retratação, apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 29 / 05 / 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



146
E

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332179-3

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

Agravado: Risete Soares de Vasconcelos

Defensor Público: João Paulo Guedes Acioly

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Observo não merecer albergue os pontos apresentados pelo Estado agravante.

A priori, digo que não assiste razão ao recorrente quando afirma que a decisão terminativa afrontou a disposição contida no *caput* do art. 557, a qual serviu de esteio para negar provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo Estado.

Revisitando aquela decisão, tem-se que houve vasta transcrição de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal Local asseverativa da aplicabilidade do artigo *in lume*.

Ainda que assim não fosse, a presente irresignação permite o encaminhamento de toda a matéria ao colegiado, como acontece nesta oportunidade.

Assim dito, analisando os argumentos apresentados pelo agravante na presente sede recursal, não os tenho como suficientes a ponto de modificar a ótica de apreciação do apelo, devendo, por consequência, a decisão hostilizada ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

De início, ressalte-se que, a Lei nº. 8.080/90, que tratou da organização do SUS (Sistema Único de Saúde), em atendimento ao preceituado no art. 198, da CF/88, determinou, mais especificamente nos seus arts. 4º e 7º, XI, a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população.

Ademais, impende destacar que a Norma Operacional Básica nº 01/96, do SUS, prevê em seu subitem 6.1, letra i, a responsabilidade

1417
e



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

estadual no tocante à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de alto custo, ao tratamento fora do domicílio e à disponibilidade de medicamentos e insumos especiais, sem prejuízo das competências municipais.

Destarte, entendo plenamente competente a Justiça Estadual para processar o presente feito, vez que se configura dever do próprio Estado, solidariamente nos três níveis federados, custear tratamento médico ao cidadão necessitado, podendo o mesmo exercer seu direito à saúde em face da União, Estados, DF e Municípios, em conjunto ou separadamente.

Neste sentido, a jurisprudência firmada pelo STJ, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - FORNECIMENTO DE **MEDICAMENTOS** - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS - LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. 1. Esta Corte em reiterados precedentes tem reconhecido a responsabilidade solidária do entes federativos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que concerne à garantia do **direito à saúde** e à obrigação de fornecer **medicamentos** a pacientes portadores de doenças consideradas graves. 2. Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 961677 / SC, T2, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 20/05/2008).

No mais, não se pode olvidar que não há violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.

Assim, no caso em concreto, a ingerência do Poder Judiciário reputa-se necessária, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através de norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, *in verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Desta forma, observe-se que, constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida.

Assim, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo,



148
a

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

A teor da já destacada Súmula nº 18 deste Sodalício, observou-se que o fato de o medicamento pleiteado não fazer parte das listas de dispensação excepcional não isenta o Poder Público do seu dever de fornecimento gratuito, quando comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, mostra-se desarrazoado não levar em consideração o medicamento de marcas específicas, quando se sabe que alguns medicamentos mostram-se mais atualizados, cientificamente falando, para determinados tipos de enfermidades, e da negativa do fornecimento, abrir-se-ia orifício de esvaziamento da garantia constitucional insculpida no art. 196 da CF/88, pois bastaria não listar o medicamento para desobrigar-se do ônus de cobrir o seu custo.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente Recurso de Agravo, devendo ser mantida *in totum* a decisão vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29 / 05 / 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator